



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECISÃO DO PREGOEIRO QUANTO AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Pregão Eletrônico – SRP nº 009/2023

Processo Administrativo nº 040-17446/2022

UASG: 980921– CPL/PMSL

Objeto: Contratação eventual e futura de Empresa Especializada, no fornecimento dos Serviços de implantação e suporte local de Sistemas Integrados para a Gestão de Saúde Pública - SIGSP, do município de SÃO LUÍS / MA, sob a forma de licenciamento de uso temporário, compreendendo ainda o treinamento, a manutenção corretiva e preventiva, e as customizações necessárias, o treinamento e suporte para os profissionais de saúde envolvidos com a operação da Solução, por um período de 24 (vinte e quatro) meses..

RELATÓRIO SINTÉTICO DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, é importante ressaltar a tempestividade da peça impugnatória, haja vista que o edital prevê que a mesma poderá ser feita “em até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas”.

2 - DOS FATOS

Os fatos, da Impugnação cingem acerca de;

2.1. DA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME - VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.

2.2. DA OMISSÃO QUANTO A VISITA TÉCNICA

2.3. DA OBSCURIDADE DO OBJETO – MÓDULO DE INTEGRAÇÃO

2.4. DA EXIGÊNCIA DESSARAZOADA DA ENTREGA DE DICIONÁRIO DE DADOS.

2.5 EXIGÊNCIA ILEGAL DE CERTIFICAÇÃO,

3 - DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Primeiramente cumpre ressaltar que esta Prefeitura Municipal de São Luís - MA atua sempre à luz da legalidade, buscando sempre estar em consonância à Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº 10.024/2019, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas regulamentares e princípios correlatos pertinentes à espécie que regem todo o processo licitatório.

Foi realizada consulta junto à área técnica demandante desta licitação, para que se manifestasse quanto as alegações feitas pela impugnante, as quais replico abaixo:

QUESTIONAMENTO DA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME - VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESPOSTA, Os consórcios são coligações despersonalizadas de empresas constituídas, pela via contratual, com vistas a executar determinado empreendimento em conjunto, conforme a disciplina jurídica dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/76. O instituto calça-se na autonomia recíproca dos que se associam para a persecução de um objetivo empresarial comum que, muito provavelmente, não seria alcançado somente com a capacidade individual de cada consorciado, seja por razões de ordem técnica, seja por motivos econômico-financeiros. Algumas demandas, públicas ou privadas, por sua dilatada magnitude ou elevada complexidade, só logram ser satisfeitas através dessa ferramenta societária. No âmbito do Direito Administrativo, a Lei das Licitações (art. 33) e a Lei das Concessões (art. 19) expressamente autorizam que o ente promotor da licitação admita a participação de consórcios.

Portanto, sempre que o objeto licitado for marcadamente vultoso ou de composição complexa e inomogênea, **o ente licitante deverá obrigatoriamente admitir a participação de coligações empresárias no certame.** Em outras palavras, tem-se que o ordenamento jurídico brasileiro e o seu conjunto de princípios informadores impõem a admissão de consórcios em grandes ou heteróclitas licitações – sob pena de restar asfixiado o princípio da competitividade e, em algumas circunstâncias, a própria licitação acabar convertida em procedimento inidôneo e ineficaz.

QUESTIONAMENTO: DA OMISSÃO QUANTO A VISITA TÉCNICA.

RESPOSTA: Trata-se de Software 100% web, o que torna dispensável a necessidade de visita ao local atendido para avaliação de custo, o único serviço prestado in loco apontado pelo Termo de Referência é o serviço de suporte, contudo, este é feito sob demanda e com ônus de despesas de deslocamento e permanência de equipe por conta da CONTRATADA

QUESTIONAMENTO DA OBSCURIDADE DO OBJETO – MÓDULO DE INTEGRAÇÃO

RESPOSTA, Os profissionais de saúde pública da rede municipal possuem a necessidade de inserir as informações provenientes do seu trabalho em diversos sistemas das redes de saúde estaduais e Federal. As solicitações de integração se dão por consequência do objetivo de evitar o retrabalho constante das equipes. Os sistemas cujas integrações são solicitadas são reconhecidos nacionalmente, portanto, suas documentações são de caráter público

QUESTIONAMENTO DA EXIGÊNCIA DESSARAZOADA DA ENTREGA DE Dicionário DE DADOS

RESPOSTA, Conforme o Termo de Referência estabelece, durante a vigência do contrato e após o seu término, o banco de dados utilizado pelo Sistema será de propriedade da CONTRATANTE, desta forma, os dados gerados e gerenciados pelo sistema que será contratado, e consequentemente, os metadados, incluindo o referido dicionário de dados, também são de propriedade da CONTRATANTE. Quanto ao acesso a esses dados, este será realizado pela equipe técnica responsável pelo monitoramento e análise desses dados, que é uma atribuição desta Secretaria. A qual segue o princípio da boa fé na administração pública, não divulgando de nenhuma forma indevida dados sensíveis, conforme legislação vigente

QUESTIONAMENTO EXIGÊNCIA ILEGAL DE CERTIFICAÇÃO.

RESPOSTA Não é verdade que o Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido pelo Município de São Luís/MA, seja um requisito para a habilitação.



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Referido edital deixa bem claro que a empresa **poderá** apresentar o Certificado de Registro Cadastral do Município de São Luís.

Desta forma resta claro que, ao se exigir o CRC já emitido junto à municipalidade, o edital não afronta o princípio da isonomia tampouco o da impessoalidade conforme alega o impugnante, haja vista, que toda documentação comprobatória e que corresponde à mesma solicitada no edital já foi anteriormente apresentada. O município ao regulamentar essa questão não cerceia a ninguém a possibilidade de se registrar e obter o CRC, ou seja, qualquer pessoa jurídica pode obtê-lo. Muito pelo contrário, tal regulamentação visa tão somente a minimizar custos de transação primando pelo princípio da economicidade bem como tentando dinamizar os processos licitatórios tornando-os mais céleres com o objetivo de exercer com mais eficácia a praxe administrativa e atender com mais presteza a população

Por todo o exposto, considerando os princípios basilares que regem a administração pública e subsidiada pelas respostas emitidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA – SEMIT, **DECIDO**, conhecer a presente impugnação e, no mérito, julgá-la **PROCEDENTE**, quanto a possibilidade de participação de empresas na forma de consórcio.

São Luís - MA, 14 de fevereiro de 2023.

CAYRO SANDRO ALENCAR CARNEIRO

Pregoeiro - CPL/PMSL/MA
Portaria nº 321/2023